

## O IMPACTO GEOECONÔMICO DA REESTRUTURAÇÃO TÉCNICO-ECONÔMICA NAS ESTRUTURAS PRODUTIVAS CATARINENSES PÓS-1990<sup>1</sup>

ESPÍNDOLA, Carlos José<sup>2</sup>

Recebido (*Received*): 01/07/2017 Aceito (*Accepted*): 26/02/2018

### Resumo

A economia catarinense e os seus diferentes ramos produtivos vêm, desde o fim dos anos 1980, sofrendo fortes ajustes em decorrência das políticas econômicas nacionais implantadas. Ao longo dessa conjuntura, um conjunto de empresas viu-se forçado a desenvolver estratégias e capacitações, visando à manutenção de seu desempenho competitivo. Tratou-se de um intenso processo de reestrutura técnico-econômica que vai desde investimentos em processos e produtos à adoção de novas técnicas de gestão, desverticalização produtiva, redefinições patrimoniais, redução de linhas de produção, entre outros aspectos. Tal processo foi diferenciado entre os setores produtivos, o que, por sua vez, resultou em distintos impactos geoeconômicos. Assim sendo, este texto objetiva desvendar o impacto territorial da reestruturação técnico-econômica nas estruturas produtivas catarinenses no período pós-1990.

**Palavras-chave:** economia catarinense, geoeconomia, reestruturação técnico-econômica, inovação em processo e produtos, impactos territoriais

### ORIENTACIONES PARA LOS AUTORES: NORMAS PARA LA PUBLICACIÓN EN LA REVISTA FORMAÇÃO ONLINE

#### Resumen

La economía Catarinense y sus diferentes ramos productivos han sufrido fuertes ajustes debido a las políticas económicas nacionales implantadas desde fines de los años 1980. A lo largo de esa coyuntura, un conjunto de empresas tuvo que desarrollar estrategias y capacitaciones con el objetivo de mantener sus desempeños competitivos. Se trató de un intenso proceso de reestructuración técnico-económica que se realizó desde las inversiones en procesos y productos para la adopción de nuevas técnicas de gestión, desverticalización productiva, redefiniciones patrimoniales y reducción de líneas de producción, entre otros aspectos. Ese proceso fue diferenciado entre los sectores productivos y, así, resultó en distintos impactos geoeconómicos. Así, este texto intenta desvendar el impacto territorial de la reestructuración técnico-económica en las estructuras productivas Catarinenses, en el período posterior a 1990.

**Palabras clave:** economía catarinense, geoeconomía, reestructuración técnico-económica, innovación en procesos y productos, impactos territoriales.

### GUIDELINES FOR RESEARCHERS: RULES FOR PUBLICATION IN FORMAÇÃOMAGAZINE ONLINE

#### Abstract

The Catarinense and its different productive sectors have undergone significant adjustments because of the national economic policies implemented since the end of the 1980 decade. Throughout such a conjuncture, a group of companies was forced to develop strategies and capabilities aiming at maintaining the competitive performance. It was an intense process of technical-economic restructuring from investments in processes and products to the adoption of new management techniques, productive unbundling, equity restatements and reduction of production lines, among other aspects. Such a process was differentiated among productive sectors, which, in turn, resulted in different geo-economics impacts. Therefore, the present text aims to unravel the territorial impact of technical-economic restructuring on productive structures of Santa Catarina in the post-1990 period.

**Keywords:** catarinense economy, geoeconomics, technical-economic restructuring, process and products innovation, territorial impacts.

<sup>1</sup> Este texto é parte integrante do resultado final do projeto de pesquisa de produtividade intitulado “O Impacto da Reestruturação Produtiva nas Formações Socio-espaciais desenvolvido no CNPq. Processo nº 306009/2013-7.

<sup>2</sup> Prof. Dr. Do Departamento e Geografia da UFSC.

## 1. Introdução

O processo de ocupação da formação socioespacial catarinense, iniciado efetivamente em meados do século XVIII, resultou na constituição de cinco grandes regiões produtivas: o litoral açoriano, a área carbonífera do sul, a área do planalto, o nordeste catarinense e as áreas do oeste catarinense (MAMIGONIAN, 1964)<sup>3</sup>. Do ponto de vista natural, o território catarinense “caracteriza-se por apresentar um altiplano levemente inclinado para o oeste e uma área que se desenvolve da borda do planalto até o mar, conhecidos, respectivamente, por região do planalto e região do litoral e encostas” (PELUSO Jr., 1991, p. 15).

Essas estruturas regionais produtivas beneficiaram-se das conjunturas de 1873-1896, da Primeira Guerra Mundial, da revolução de 1930, da Segunda Guerra Mundial e da política de substituição de importações, possibilitando que o estado aumentasse sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de 2,2% em 1939, para 3,3% em 1980. Nos anos de 1970, enquanto o crescimento médio do PIB catarinense era de 11,5%, o do Brasil era de apenas 8,5%; processo semelhante ocorreu nos anos de 1980, enquanto a média de crescimento do PIB brasileiro foi de 2,3%, a do catarinense foi de 5,3%. Ademais, o estado de Santa Catarina, que representava apenas 1,8% da produção industrial brasileira em 1940, alcançou a parcela de 4% da indústria nacional, “tornando-se, portanto, mais industrializado que a média brasileira” (MAMIGONIAN, 2011, p. 75).

Já as exportações estaduais passaram de US\$ 37,4 milhões em 1970 para US\$ 529,3 milhões em 1979. Um crescimento de quatorze vezes, enquanto as exportações brasileiras cresceram seis vezes, passando de 2,7 bilhões de dólares para 15,2 bilhões de dólares no mesmo período. O crescimento das exportações catarinenses ocorreu, do mesmo modo, nas décadas subsequentes. Entre 1980-1990, as exportações catarinenses cresceram de US\$ 858,1 milhões para 1,4 bilhão de dólares, enquanto as do Brasil subiram de US\$ 20,1 bilhões para US\$ 34,3 bilhões, no mesmo período. Já entre 1990-1999, as exportações catarinenses subiram de US\$ 1,4 bilhão para US\$ 2,7 bilhões, enquanto as brasileiras, de US\$ 31,4 bilhões para US\$ 55,1 bilhões (ROCHA, 2011)<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> A categoria de formação socioespacial foi desenvolvida por Santos (1977). Essa categoria deriva da ideia central de formação econômica e social e “se coloca inequivocadamente no plano da história, que é o da totalidade e da unidade de todas as esferas (estruturais, supra estruturais e outras), da vida social na continuidade e ao mesmo tempo na descontinuidade do seu desenvolvimento histórico” (SERENI, 1976, p. 71). Neste texto, a categoria de formação socioespacial será utilizada para análise na escala regional, pois as diferenciações espaciais das formações econômicas e sociais são constituídas por particularidades histórico-genéticas das relações de produção e das forças produtivas em um ambiente social e geograficamente dado, pois “a análise geográfica dos fenômenos requer a consideração da escala em que eles são percebidos” (CASTRO, 1992, p. 21).

<sup>4</sup> O dinamismo das estruturas produtivas catarinenses contou, ainda, com o processo de modernização da agricultura pós-1960, apoiado pelas políticas de crédito subsidiado, política tecnológica e política fundiária.

Nesse sentido, o estado de Santa Catarina deixou de “ser periferia do centro dinâmico paulista, para se tornar parte integrante do centro dinâmico brasileiro” (MAMIGONIAN, 2011, p. 89).

Entretanto, o conjunto da economia catarinense foi bruscamente afetado pela política econômica, pós-1990, de abertura comercial, câmbio valorizado e medidas neoliberais. Nesse quadro, a estrutura produtiva catarinense passou por um intenso processo de reestruturação produtiva a exemplo da economia brasileira<sup>5</sup>.

Essas reestruturações foram muito mais além de serem apenas produtivas. Foram reestruturações técnico-econômicas, pois a mudança técnica tende a promover mudanças estruturais, institucionais, sociais e territoriais. Em seu conjunto, essas reestruturações afetam radicalmente: (a) a forma de organização dos agronegócios (diversificação, concentração, centralização, terceirização); (b) o perfil e a habilidade da força de trabalho; (c) o novo mix de produtos, caracterizados pela agregação de valor; (d) o novo padrão de localização dos investimentos produtivos nas diferentes escalas (global, nacional, regional e local); (e) a nova onda específica de investimentos em infraestrutura (transporte e logística); (f) o novo padrão de consumo de bens e serviços; (g) a nova estrutura territorial via economias e deseconomias de aglomeração; etc. Portanto, neste texto utiliza-se a ideia de reestruturações técnico-econômicas propostas por Fremann (1987).

Assim sendo, o objetivo deste artigo é desvendar o impacto econômico, social e territorial da reestruturação técnico-econômica nas estruturas produtivas catarinenses no período pós-1990. Justificam-se os anos pós-1990, pois as atividades produtivas catarinenses ao se reestruturarem apresentaram dinamismos geoeconômicos com avanços e recuos que resultaram em impactos territoriais e sociais diferenciados. As reestruturações ocorrem onde as condições de instalação se apresentam como melhores. Assim sendo, faz-se necessário analisar o movimento e os impactos dessas reestruturações no tempo e no espaço.

Este texto foi realizado com base em uma revisão bibliográfica sobre as reestruturações produtivas nas diferentes atividades econômicas catarinenses; em uma coleta de dados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos relatórios anuais da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), nos relatórios do

---

Entre 1959-1980, o PIB agropecuário catarinense cresceu de R\$ 1,1 milhão de reais para R\$ 4,1 milhões, e sua participação no conjunto da agropecuária brasileira subiu de 4,1% para 5,2%, no mesmo período.

<sup>5</sup> A bibliografia referente ao processo de reestruturação produtiva da indústria brasileira parece concordar que existem dois grandes períodos de mudança na década de 90: o primeiro iniciou-se com a implantação do Plano Collor e caracterizou-se pela racionalização dos custos, apoiada em estratégias de reorganização da produção, em que predominavam objetivos de *downsizing*, principalmente a terceirização de atividades e o aumento do conteúdo importado. O segundo, pós-94, cujo início se deu na era de FHC com o Plano Real, manteve como linha mestra a racionalização de custos baseada em *outsourcing*, terceirização, etc. (KUPFER, 1998).

Instituto CEPA, entre outras fontes de informações. Além da revisão bibliográfica, coleta de dados e informações, a pesquisa contou com o trabalho de campo em que foram realizadas entrevistas e visitas técnicas a empresas e prefeituras dos municípios de Itapema, Concórdia e Balneário Camboriú.

Em termos gerais, o texto está dividido em três partes, além desta introdução e da conclusão. A primeira parte destaca a ocupação do território catarinense e a constituição das regiões produtivas. A segunda ressalta, de forma sintética, a reestruturação técnico-econômica na década de 1990. Por fim, apresentam-se os impactos econômicos, sociais e territoriais das reestruturações.

## **2. Da Ocupação Territorial às regiões produtivas catarinenses**

A ocupação do território de Santa Catarina, por parte da coroa portuguesa, só ocorreria de modo concreto, a partir de meados do século XVII, em virtude da expansão dos vicentistas paulistas, em direção ao Sul, na base de concessão de sesmarias e de um povoamento esparsos de baixa densidade demográfica. Da Capitania de São Vicente, outra corrente de povoamento, oriunda do planalto paulista, deslocava-se em direção aos campos meridionais. Assim, nos campos de Lages/SC foram instaladas, desde o século XVIII, grandes estâncias de gado, que passaram a incorporar os índios sobreviventes como peões, “numa associação de relações feudais de propriedade e de trabalho” (MAMIGONIAN, 1998, p. 68).

Contudo, as áreas litorâneas de núcleos esparsos não constituíam, ao governo português, a garantia de posse da região Sul. Tal fato levou o referido governo a implantar, no século XVIII, de Santa Catarina ao Rio Grande do Sul, o sistema de colonização com casais açorianos e madeirenses. Essa colonização no litoral de Santa Catarina constituiu a maior intervenção geopolítica e geoeconômica do governo português no Sul do Brasil, e provocou consequências duradouras e variadas (MAMIGONIAN, 1998).

A segunda etapa do processo de ocupação das terras catarinenses caracteriza-se, nas primeiras décadas do século XIX, por uma estratégia do governo brasileiro em colonizar as áreas de matas existentes. Assim, nas décadas de 1820, estabeleceram-se colônias alemãs em Rio Negro/SC e em São Pedro de Alcântara/SC. Todas em lugares onde os caminhos de tropa e de gado entravam na selva e saíam dela (WAIBEL, 1988).

Entretanto, foi somente a partir dos anos de 1840 que se estabeleceram definitivamente as colônias de povoamento em Santa Catarina. Assim sendo, foram criadas, por iniciativa da empresa alemã Kolonisationsverein Von Hamburg, a colônia de Dona Francisca, em 1851, e outra, implantada pelo Dr. Herman Blumenau, no médio vale do rio

Itajaí-Açu, denominada de colônia Blumenau. A primeira delas passa a se expandir em direção ao Planalto Norte (São Bento até Rio Negrinho). Já a segunda começa a se desenvolver, a partir de 1860, em direção aos afluentes da margem esquerda do rio Itajaí (WAIBEL, 1949). Os decênios seguintes marcam a ocupação e a expansão da colonização alemã (somada a de polacos e italianos) das terras do vale do rio Itajaí na sua porção norte.

A partir de 1875, foram igualmente implantadas as colônias italianas na parte Sul do território catarinense (Azambuja, Urussanga, Criciúma, Nova Veneza e outras). Nessa mesma área, descendentes de alemães fundaram colônias em Braço do Norte, São Ludgero, Forquilha, Rio Fortuna.

A terceira etapa de ocupação das terras catarinenses ocorre nas primeiras décadas do século XX, quando várias empresas de colonização e capitais comerciais intensificaram o comércio de terras no Oeste de Santa Catarina, retalhando-o em pequenos lotes<sup>6</sup>. Esses lotes, por sua vez, seriam vendidos a descendentes de italianos e alemães do Rio Grande do Sul, oriundos de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Santa Maria, São Leopoldo, Novo Hamburgo, entre outros locais (ESPÍNDOLA, 2002).

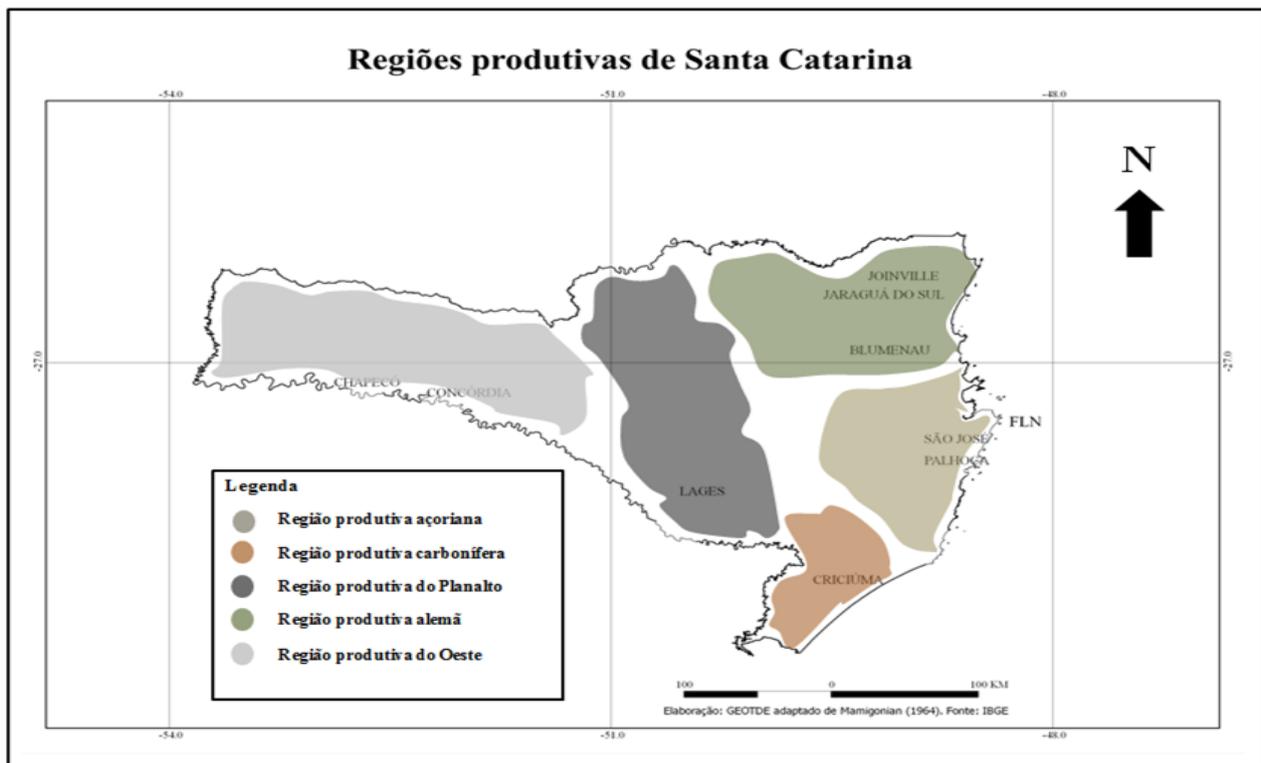
Ao longo do desenvolvimento econômico e social, foram constituindo-se estruturas produtivas diferenciadas. Didaticamente, pode-se destacar a existência de cinco estruturas produtivas regionais (o litoral de origem açoriana, a área carbonífera do Sul, a área do planalto, as áreas de origem alemã e as áreas recentes do oeste catarinense), conforme Figura 17. Excetuando-se a região do planalto, estruturada no latifúndio pecuarista feudal, as demais regiões foram construídas a partir do desenvolvimento de uma pequena produção mercantil.

Enquanto isso, nas áreas litorâneas, a pequena produção mercantil açoriana promoveu uma produção policultora e a integração dos pescadores madeirenses às atividades da pesca da baleia e das armações (MAMIGONIAN, 1999), nas regiões de matas (área carbonífera ao Sul, o nordeste catarinense e oeste catarinense), o processo de colonização oficial e particular em Santa Catarina tratou do estabelecimento de milhares de pequenos agricultores independentes, artesãos, operários, pequenos comerciantes, de origem europeia, que já praticavam uma significativa divisão social do trabalho (MAMIGONIAN, 2011).

---

<sup>6</sup> Dentre as empresas colonizadoras e os capitais comerciais, destacam-se a Southern Brazil Lumber and Colonizations Co; a Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ghilardi & Cia; Henrique Hacker & Cia; Jacob Petry & Cia; Henrique Rupp; Angelo de Carli & Irmão & Cia; José Petry e Formigheri & Cia; Colonizadora Bugolin; Colonizadora Chapecó-Peperi Ltda.; Ernesto Bertaso e Manoel Passos Maia; Alberto Dalcanale; Cia. Territorial Sul Brasil; Empresa Theodoro Capelle & Irmãos; entre outros (ESPÍNDOLA, 2002).

<sup>7</sup> Trata-se de uma adaptação da proposta de Mamigonian (1964).



**FIGURA 1:** Regiões produtivas de Santa Catarina. Fonte: MAMIGONIAN, Armem, (1964)

A região produtiva do planalto catarinense inicia-se com os paulistas, por meio da pecuária extensiva nos campos naturais de Lages, Curitiba e Campos Novos. Ao lado ou associadas à pecuária, foram estabelecendo-se atividades extrativas da erva-mate (VIEIRA; PEREIRA, 1997). A modernização das ligações rodoviárias (BR 116) acelerou a entrada, nessa área, de madeireiros italianos e alemães do Rio Grande do Sul, como os Batistella, os Lüersen e os Dall' Asta. A partir dos anos de 1960 e 1970, essa região passou a receber investimentos na área de reflorestamento (Lages e Otacílio Costa), fruticultura (Fraiburgo e Lebon Régis) e turismo rural (EMERIQUE, 2008). Esta última atividade, na década de 1980, expandiu-se para os municípios de São Joaquim, Urupema e Bom Jardim da Serra (MACHADO, 2016).

A região produtiva, do litoral açoriano, sobretudo, Florianópolis, após o auge e a decadência da pequena produção mercantil, passou, a partir de meados dos anos de 1950, a ressaltar-se por sua função administrativa de capital do Estado de Santa Catarina, com a instalação de instituições públicas federais (UFSC, Eletrosul, Telesc, etc.) e estaduais (Udesc, Celesc, Besc, Casan, etc.). Nas décadas de 1970 e 1980, a capital do estado experimentou o seu primeiro grande *boom* imobiliário e passou a absorver investimentos nas áreas de informática e turismo (CAMPOS, 2010; SANTOS, 2012). Os municípios próximos a Florianópolis (São José, Palhoça e Biguaçu), que até a década de 1970 tinham suas atividades ligadas ao meio rural, passam, a partir dos anos de 1980, a desenvolver

funções associadas ao setor industrial, comercial e de serviços.

Originalmente, nas áreas de colonização alemã, a pequena produção mercantil, artesões e pequenos comerciantes foram gradativamente invertendo seus recursos em atividades industriais no setor têxtil (Hering, Döhler e Schlösser, Buettner e Renaux). Essas indústrias nasceram pequenas, e o seu crescimento “foi lento e seguro, permitindo alcançar mesmo antes da primeira guerra mundial os mercados do Sul do Brasil e de São Paulo e Rio de Janeiro” (MAMIGONIAN, 2011, p. 86).

No nordeste catarinense, mais precisamente em Joinville, a combinação entre a pequena produção mercantil e o beneficiamento e exportação de erva-mate possibilitou a emergência de oficinas mecânicas e fundições (Tupy, Douat, entre outras), que foram levadas a atender ao mercado interno (ROCHA, 1997), principalmente, o ramal ferroviário que ligava o porto de São Francisco a Porto União, os carroções do transporte de erva-mate, as serrarias e as indústrias de madeiras, os motores dos navios que aportavam em São Francisco e as necessidades dos pequenos produtores mercantis.

Em Joinville, destaca-se, ainda, que, desde o início do século XX, foram sendo produzidos artefatos de materiais plásticos ou similares, o que desembocou na constituição de grandes empresas, como Tigre, Cipla, Plasbon, Krona, entre outras (NAPOLEÃO, 2005). Em Jaraguá do Sul, a indústria metal-mecânica nasceu pós-1940 e, a partir de 1970, consolidou-se. Dentre as empresas que surgiram, merecem destaque a motores Kohlbach, a metalúrgica Wiest, a Weg, entre outras (SILVA, 2005, p. 93).

A mercantilização promovida pela erva-mate e madeira no Planalto Norte (São Bento do Sul e outros municípios) promoveu o desenvolvimento de pequenas marcenarias, que, aproveitando da proximidade da matéria-prima (araucária, imbuia, cedro e outras), deram origem à indústria moveleira na região, como a Rudnick, Zipperer e a Intercontinental (KAESEMODEL, 1990).

Trata-se, portanto, da terceira região produtiva, que combina setores altamente diversificados, como têxtil, metal-mecânico, plásticos, móveis, entre outros.

A quarta grande região produtiva localiza-se no Sul do estado e foi favorecida pelas conjunturas da Primeira e da Segunda Guerra Mundial. Descoberto no fim do século XIX, o carvão mineral foi sendo gradativamente explorado a partir de 1850 mediante concessões. Uma dessas foi dada ao armador carioca Henrique Lage que, por causa da queda das importações brasileiras do carvão inglês, investiu na abertura de minas na região Sul do estado de Santa Catarina. A Segunda Guerra Mundial permitiu a expansão da atividade e a emergência de novas empresas mineradoras como, por exemplo, S. Guglielmi, Freitas e a Cia. Siderúrgica Nacional. Essa atividade esteve igualmente na origem de dois novos setores: (1)

a Indústria Carboquímica Catarinense (ICC), do grupo Petrobrás (NEU, 1997); e (2) as indústrias de cerâmica, como a Cesaca, Cecrisa, Ceusa, Eliane, etc. (GOULARTI, 2007; VIEIRA, 2009).

A crise da economia carbonífera e a modernização do setor cerâmico deram origem à indústria têxtil no Sul de Santa Catarina. Na referida região, o setor caracteriza-se pela fabricação de grandes diversidades de itens, desde camisetas até ternos e roupas femininas sofisticadas. Cada um desses itens pode ser produzido por firmas de diferentes portes, o que, mesmo entre produtos semelhantes, propicia a convivência de técnicas produtivas distintas (GOULARTI FILHO; JENOVEVA NETO, 1997, p. 55). Ainda no Sul do estado, desenvolveu-se a indústria de matérias plásticas. Essa indústria tem sua origem, nos fins da década de 1960, em pequenas iniciativas regionais; como, por exemplo, a Indústria Catarinense de Plástico, a Plazom e a Canguru (SCHLICKMANN, 2012, p. 80).

Por fim, a última região produtiva, localizada no Oeste, originou-se a partir da mercantilização da madeira e de animais vivos. No Oeste catarinense, as empresas de colonização e capitais comerciais trataram de instalar madeireiras para a exploração das reservas florestais no local (THOMÉ, 1995). Capitais comerciais, como Ponzoni, Brandalise, Fritz Lorenz e Fontana, passaram a direcionar recursos para a instalação de moinhos de trigo e abatedouros de suínos, dando origem a grandes grupos, como a Sadia e a Perdigão, que transformaram a região Oeste no maior polo do agronegócio de carnes (frango e suínos) do mundo<sup>8</sup>.

Com o declínio da exploração da madeira em fins dos anos de 1950, no Oeste catarinense, em virtude do esgotamento das reservas e da redução das importações argentinas, essa atividade deslocou-se para o planalto catarinense, sobrepondo-se à pecuária extensiva já existente.

Na borda do planalto em direção ao Oeste (Caçador, Irani, Vargem Bonita, Fraiburgo e outros), bem como no planalto (Campos Novos, Correia Pinto, Otacílio Costa e Lages), emergiram pequenas unidades produtoras de papel, papelão e pasta mecânica, como a Primo Tedesco, Trombini Papel e Embalagens, Iguaçu Papel e Celulose, Celulose Irani, etc., e grandes empresas nacionais e multinacionais, como a Klabin e a Rigesa, respectivamente (THOMÉ, 1995).

---

<sup>8</sup> O agronegócio é uma cadeia que vai além da fabricação de insumos e produtos. Ele incorpora todos os serviços de apoio: pesquisa e assistência técnica, processamento, transporte, comercialização, crédito, exportação, serviços portuários, distribuidores, bolsas e o consumidor final (CONTINI et al., 2006, p. 6).

### 3. A reestruturação técnico-econômica na década de 1990: uma síntese

A economia brasileira e os seus diferentes ramos produtivos vêm, desde o final dos anos 80, sofrendo fortes ajustes em decorrência da abertura comercial, das baixas taxas de crescimento, da queda do valor da produção, da diminuição do nível de emprego e da redução do saldo da balança comercial. Nessa conjuntura, as empresas brasileiras foram obrigadas a desenvolver estratégias visando à manutenção de seu desempenho competitivo. As empresas brasileiras adotaram, de modo geral, três estratégias: (1) rebaixamento dos custos produtivos; (2) ampliação e/ou realocação dos investimentos; e (3) redefinições patrimoniais (ESPÍNDOLA, 2002).

Para o conjunto da economia catarinense, as primeiras reestruturações produtivas fizeram-se pelas inovações em processos e produtos. Entre 1998-2000, da amostragem de 5.268 indústrias de transformação catarinenses, 38,38% delas investiram em processo e produto com destaque para as indústrias de confecções de artigos de vestuário, produtos têxteis e indústria alimentar. Tal tendência manteve-se nos anos seguintes. Entre 2001-2005, de um total de 6.915 indústrias, 35,86% fizeram investimentos em processo e produto (IBGE, 2013).

Essas inovações em processo e produto foram diferenciadas entre os diversos segmentos produtivos. No setor cerâmico, no Sul do estado, os investimentos em processo e produto possibilitaram a ampliação da produção em 62,7% entre 1990-1999 (GOULARTI FILHO, 2007; VIEIRA, 2009). Contudo, “aconteceu uma perda de representatividade da produção do Sul do estado perante a produção total do país, com uma participação de 22,7%, em 1995 para 14,5% em 2003” (CARIO; ENDERLE, 2008).

Ainda no Sul do estado, no setor de descartáveis, a produção de saltou de 8,5 toneladas, em 1990, para 52,4 toneladas, em 1998. Já o número de fábricas de embalagens e descartáveis passou de 25 unidades, em 1990, para 66 em 2001. Entre 1998-2004, todas as grandes empresas, como por exemplo, Copobrás, Zanatta, Cristal, Canguru, fizeram vultosos investimentos na modernização em processo e produtos (SCHLICKMANN, 2012).

Em contrapartida, a indústria de materiais plásticos de Joinville reduziu o *mix* de produtos, redimensionando suas linhas de produtos e desverticalizando a produção. Nos anos de 1990, algumas empresas enceraram suas atividades e outras foram vendidas. A Akros, por exemplo, foi adquirida pelo grupo suíço Amanco. Em Joinville, após as reestruturações patrimoniais, a empresa Tigre (controlada pela PREVI-Bradesco) reduziu o seu *mix* de produtos, que passou de mais de quatro mil itens (1990) para 1,2 mil (1999). Ressalta-se também um rigoroso programa de lançamento de novos produtos voltados ao

mercado latino-americano, que conquistou parcelas significativas do setor como, por exemplo, 80% do mercado paraguaio, 60% boliviano, 42% chileno e 28% do mercado argentino (NAPOLEÃO, 2005).

O setor calçadista, localizado no vale do Rio Tijucas, apesar da redução do número empresas de 130 fábricas em 1995 para aproximadamente 90 em 2000 (GOULARTI FILHO, 2007), vem deslocando seus produtos na direção de mercados mais competitivos, focados na qualidade, design e conforto; logo, no maior valor agregado à produção, notadamente, buscando fugir ao embate direto com a produção de países asiáticos. É a partir desse período que o mercado nacional vê emergir um número crescente de importantes marcas de calçados que visam explorar a identidade visual como principal atributo de ação. Ilustram o caso as catarinenses, Raphaella Booz, Parô e Ana Paula (ROSA, 2014). Esse dinamismo foi na contramão do que ocorreu no segmento localizado no Rio Grande do Sul e em São Paulo, que, diante das importações, se viram obrigados a deslocar suas unidades produtivas para o Nordeste brasileiro (ROSA, 2014).

No planalto serrano e no Oeste catarinense, a maioria das empresas de papel e celulose (Rigesa, Klabin e Celulose Irani) aumentaram a capacidade produtiva e introduziram novas máquinas, novos sistemas de controle integrado e reduziram a emissão de resíduos. As estratégias das empresas passaram também pela criação de *joint venture* e aquisições. A Klabin, por exemplo, após formar uma *joint venture* com a Kimberly-Clark (desfeita em 2003), adquiriu a Igaras Papéis e Embalagens, de Otacílio Costa.

No Oeste catarinense, sobretudo no agronegócio de carnes, as empresas intensificaram a instalação de equipamentos automatizados para as áreas de abate, desossa, processamento, resfriamento, congelamento, embutimento. Foram ainda introduzidos processos de abate Halal para atender aos mercados islâmicos (ESPÍNDOLA, 2002). No agronegócio de leite, vários grupos, como Perdigão, Aurora, Cedrense, Tirol e Piracanjuba, partiram para instalação de unidades processadoras de produtos lácteos, nas cidades de Pinhalzinho, Maravilha, Guaraciaba, Nova Itaberaba e Treze Tílias, transformando o Oeste catarinense na principal bacia leiteira catarinense e possibilitando um maior dinamismo dessa cadeia produtiva perante o mercado nacional/internacional (SOUZA, 2014).

Ainda merecem destaque, no Oeste catarinense, os investimentos das cooperativas na agregação e adição de valor aos seus produtos. Isto é, várias cooperativas fizeram investimentos no processo de industrialização de seus produtos (FARIAS, 2015). Esse processo também foi verificado quando do surgimento de inúmeras agroindústrias familiares. Nesse caso, alguns agricultores (na forma individual, pequenas cooperativas, associações, etc.) transformaram-se em pequenos empreendedores rurais (MIOR, 2007,

DORIGON; RENK, 2011). Segundo Mior (2003), esses empreendimentos são organizações produtivas nas quais a família rural processa parte de sua produção agropecuária visando à sua comercialização com maior valor agregado.

Os investimentos no agronegócio expandiram-se em outras cidades como, por exemplo, em Fraiburgo. Nessa cidade, o grupo Fischer (atuante no setor de maçã) investiu na produção de sucos, seguindo os investimentos da Tecnovin e adquiriu a Porto Maçãs e a empresa Imaribo. Outra inovação realizada pelas grandes empresas foi a implantação da produção integrada de frutas, a substituição de pomares de cultivares antigas e a seleção de novos produtores (EMERIQUE, 2008).

O processo de redirecionamento dos capitais para novas atividades no agronegócio foi comum em quase todo o estado de Santa Catarina e fez-se de forma acelerada a partir dos anos 2000. Com o apoio da EPAGRI, teve início, em 2000, um projeto para o desenvolvimento da vitivinicultura nas cidades de São Joaquim, Urubici, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Urupema, entre outras, que desembocou no surgimento de vinhedos e vinícolas. Essas novas atividades fizeram ainda despertar o enoturismo (LOSSO, 2016). Os novos investimentos igualmente foram direcionados para a modernização do sistema portuário catarinense – Itajaí/Navegantes, São Francisco do Sul, Itapoá e Imbituba (NEU, 2009; CABRAL, 2011).

Entretanto, no setor carbonífero, segundo Mamigonian (2011), a abertura indiscriminada das importações de carvão esmagou a produção nacional, “de uma produção de 1,1 milhão de toneladas de carvão-coque em 1988 caiu para 500 mil toneladas em 1990, diminuindo para 200 mil em 1991, desaparecendo logo depois” (MAMIGONIAN, 2011, p. 106). A crise do setor carbonífero atingiu o lavador de Capivari de Baixo, que causou o desemprego de quinhentos trabalhadores (MARTINS, 2005 apud BELTRÃO, 2016), bem como a ICC que, em 1993, encerrou as atividades, mergulhando a cidade de Imbituba em uma crise sem precedentes (NEU, 1999).

O setor têxtil e o de confecções, por sua vez, sofreram, de um lado, pelo aumento das importações, em virtude da redução das alíquotas de importações de 105%, em 1990, para 20%, em 1993, e, por outro, diminuíram suas exportações, de US\$ 423,6 milhões em 1993, para US\$ 258,7 milhões em 1999, devido à sobrevalorização cambial (MAMIGONIAN, 2011)<sup>9</sup>. Contudo, Raulino (2014, p. 104) afirma que as importações, no segmento de cama, mesa e banho, não chegaram a 10% da oferta interna.

---

<sup>9</sup> No Médio Vale do Itajaí, todas as empresas foram afetadas. Em 1994, das doze empresas de confecção brasileira com maior faturamento, cinco eram dessa região (Teka, Artex, Karsten e Cia. Hering). A Artex foi vendida para Coteminas, a unidade de fraldas descartáveis da Cremer foi adquirida por uma empresa alemã e desativada em 2002. A Sulfabril entrou em concordata em 1999. A Maju foi adquirida pela Marisol, de Jaraguá do Sul. Outras atividades foram ainda deslocadas para outras áreas do território catarinense.

As transformações ocorridas nas grandes empresas do Médio vale do Itajaí estão associadas à queda na rentabilidade das empresas, que já vinham, desde 1990, promovendo grandes investimentos em máquinas e equipamentos, e na reorganização da produção. Nesse prisma, apesar dessa crise do setor têxtil, especialmente, em Blumenau, houve crescimento significativo do número de empresas em outros segmentos industriais (SIEBERT, 2006). Em Timbó, a malharia Diana investiu em tecnologia, importando teares automáticos oriundos do Japão e desenvolveu estratégias para manter o processo produtivo verticalizado, implantando outros segmentos, como a criação da Indústria Acrilan Ltda. (MULLER, 2012).

As reestruturações produtivas, tendo em vista a criação de capacidade nova ou modernização dos ativos, contou ainda com as reestruturações organizacionais e gerenciais, como Círculo de Controle de Qualidade, *Just in Time*, *Kanban*, certificações como ISO, redução do número de diretorias e venda de ativos (ESPÍNDOLA, 2002).

Mesmo com a reestruturação produtiva de alguns setores e o recuo de outros, o ritmo de crescimento da economia catarinense, na década de 1990, foi acima da média do país, com 3,5%, enquanto a brasileira foi de 1,7%.

#### **4. Os impactos econômicos, sociais e territoriais das reestruturações**

O processo de reestruturação técnico-econômicas, iniciado nos anos de 1990, promoveu uma queda do PIB catarinense de 4,8%, em 1989, para 4,6%, em 2000. Enquanto o Valor Bruto da Produção Industrial de Santa Catarina em relação ao Brasil decaiu de 4,61% em 1996 para 4,43% em 2000, o Valor da Transformação Industrial decaiu de 4,48% para 4,41%, no mesmo período.

O processo de reestruturação produtiva continuou na década de 2000 e, em termos gerais, ampliou o Valor Adicionado Bruto das atividades produtivas. Assim, em termos de Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI), pode-se afirmar que, entre 1996 e 2010, vários setores ganharam participação. Dentre eles, destaca-se a fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, o que aumentou sua participação de 3,75%, entre 1996-1998 para 8,88%, entre 2008-2010; confecção de artigos do vestuário e acessórios que subiu de 4,20% de participação para 8,25%, e a metalurgia básica de 2,13%, para 5,87%, no mesmo período. Entretanto, os setores de fabricação de alimentos e bebidas, fabricação de máquinas e equipamentos, e fabricação de produtos não metálicos perderam participação (FEPESSE, 2012).

No tocante às exportações das estruturas produtivas catarinenses, entre 1990-1999, as exportações subiram de US\$ 1,4 bilhão para US\$ 2,7 bilhões, enquanto as brasileiras, de US\$ 31,4 bilhões para US\$ 55,1 bilhões (ROCHA, 2011). Enquanto as exportações de carne congeladas aumentaram sua participação na pauta exportadora de 15%, em 1990, para 26,6%, em 2000, a participação dos móveis subiu de 1,1% para 11,8%, e a de pisos e azulejos de 2,5% para 5,3%. Em contrapartida, reduziu-se a participação de calçados na pauta exportadora de 1,6% para 0,5%, contra uma redução do fumo em folha de 7,0% para 3,3% no mesmo período (MDCI/SECEX, 2002).

Se o impacto econômico do processo de reestruturação técnico-econômica foi diferenciado entre os setores produtivos, no campo social o impacto dessas reestruturações foi marcante em quase todos os setores. A mineração de carvão, que empregava treze mil trabalhadores no fim dos anos de 1980, passou, em 2005, a empregar 3,6 mil trabalhadores (MAMIGONIAN, 2011). No segmento de revestimento cerâmico, enquanto o número de trabalhadores reduziu-se de 7.462 em 1992, para 7.094 empregados em 2000, no setor de matéria plástica, a Tigre reduziu de 5.550 trabalhadores em 1988 para 2.345 em 2000.

Em Blumenau, o setor têxtil, que empregava quarenta mil trabalhadores no fim dos anos de 1980, passou a empregar 25.000 em 2000 (SIEBERT, 2006). A Hering reduziu o número de empregados de 10.750, em 1990, para 4.500, em 2000, enquanto a Sulfabril, de 5.424 para 2.402, seguida da Artex, de 4.463 trabalhadores para 1.500, no mesmo período. Em contraposição, empresas como a Dohler, de Joinville, e a Malwee, de Jaraguá do Sul, ampliaram os seus postos de trabalho.

Em Joinville, o grupo Tigre possuía, em 1996, um quadro funcional de 2,8 mil empregados, passando para 2,3 mil empregados em 1999 (NAPOLEÃO, 2005). Já no setor eletro-metal-mecânico, entre 1990-2000, várias empresas reduziram o número de postos de trabalho. Enquanto a Fundação Tupy, de Joinville, reduziu de 6.416 empregados para 4.900, o que representou uma queda de 24%, a Consul apresentou uma redução dos postos de trabalho em torno de 38% (de 6.079 para 3.779). Nessa esteira, a Eletro Aço Altona, de Blumenau, diminuiu o número de empregados de 1.200 para seiscentos postos de trabalho entre 1990-2000. Na contramão, a WEG, de Jaraguá do Sul, aumentou de seis mil trabalhadores empregados para 6.612, no mesmo período (GOULARTI FILHO, 2007).

No setor moveleiro, enquanto a indústria de Rio Negrinho reduziu em 17% os postos de trabalho entre 1992-1998, a empresa Artefama S. A., de São Bento do Sul, diminuiu em 28% os seus postos de trabalho. Em contrapartida, a fábrica Rudnick ampliou o número de trabalhadores em 10% (GOULARTI FLHO, 2007)

No setor agroindustrial, se a Sadia reduziu o número de empregados de 8.355 em 1992, para 7.205 em 1998, o grupo Chapecó diminuiu os postos de trabalho de 4.339, em 1991, para 2.856, em 1999. A Ceval, por sua vez, reduziu de 4.949 para 4.199, no mesmo período. No setor de papel e celulose, na Igaras, de Otacílio Costa, o número de trabalhadores decaiu de 1.295 em 1992 para 1.006 empregados em 2000. Em Joaçaba, a indústria alimentar, a indústria metalúrgica, a indústria mecânica e a madeira apresentaram queda no número de trabalhadores (REGENSBURGER, 2006).

Alba (2002) destaca que os processos de terceirizações implementados pelas agroindústrias levaram ao surgimento de uma série de novos serviços e empresas comerciais, com o objetivo de atender às novas demandas criadas pelos agronegócios. Os estudos do SEBRAE (2010) demonstraram a consolidação de vários setores (abate e fabricação de produtos de carne, fabricação de móveis, empresas de sementes, entre outros) e o surgimento de novos setores (geração, transmissão e distribuição de energia, moagem, comércio atacadista, confecção, preparação e fiação de fibras têxteis, transporte de carga, etc.).

Na agropecuária, apesar de não ocorrerem significativas alterações na estrutura fundiária, houve considerada redução do número de produtores integrados. Entre 1985-1998, a quantidade de produtores integrados diminuiu 43,5% (MIRANDA, 2005). A Cooperativa Aurora, por exemplo, reduziu o número de integrados de suínos de 8.662, em 1990, para 5.947, em 1999, enquanto a Chapecó reduziu de 2.582 para 116. Já a Sadia reduziu o número de integrados de suínos de 14.182 para 4.890, no mesmo período (GOULARTI FILHO, 2007). Testa et al. (1996) esclarecem que, dos 67 mil suinocultores existentes em 1980, restavam apenas 25 em 1995. Em 2002, estimavam-se apenas quinze mil suinocultores (LINS; COLETTI, 2010). Na entrevista realizada com o Presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos, verificou-se que hoje há oito mil suinocultores, sendo apenas 15% deles independentes<sup>10</sup>.

Além das terceirizações de atividades para outros municípios (indústria têxtil) e os investimentos extrarregionais, o impacto territorial manifestou-se na emersão de duas grandes aglomerações industrial e de serviços. Uma delas ocorrida em torno das áreas portuárias de Itajaí, São Francisco do Sul, Imbituba e Itapoá, com a instalação e concentração de empresas de logística portuária, como a Braskarne, a Multilog, a Polyterminais, a APM terminais Itajaí (grupo Maersk) e a Concórdia Logística, entre outras. A outra grande aglomeração ocorreu em torno das indústrias automobilísticas (GM, BMW e LS TRACTOR), que se instalaram, respectivamente, em Joinville, Araquari e Garuva. Essas

---

<sup>10</sup> Entrevista realizada com o presidente da ACCS, Concórdia, outubro de 2016.

unidades impulsionaram a emergência de novas empresas, como Hyosung, Takata e Topfusion, Benteler Automotive, entre outras. Trata-se, portanto, de um efeito multiplicador do tipo “bola de neve”, em que negócios atraem negócios, constituindo assim economias de aglomeração dinâmicas (TINOCO, 2003)<sup>11</sup>.

A emergência de novas atividades produtivas afetou a dinâmica da População Economicamente Ativa (PEA) do estado de Santa Catarina, bem como a distribuição setorial e regional do PIB. Se, em 1980, a região de Chapecó era a segunda maior em termos de PEA, em 2000, ela assume a quarta colocação, enquanto a região de Florianópolis passou a ser a primeira, seguida de Joinville e Blumenau. As três juntas detinham, em 2000, 32% da PEA do estado (THEIS, 2010). Para alguns, os resultados do desempenho do PIB também surpreendem. Entre 2003-2011, enquanto o PIB de Itajaí teve um crescimento ao ano de 41%, o de Joinville foi de 20,30% e o de Florianópolis foi de 17,25%.

O crescimento do PIB igualmente se verifica nos pequenos municípios. A taxa de crescimento em Navegantes foi da ordem de 36%, contra 37,4% do município de Palhoça. Essa tendência manteve-se também ao longo do período 2003-2011. O crescimento de Itajaí, com apenas 2,9% da população do estado, foi de 369%, contra 337% de Palhoça, 326% de Navegantes e 277% de Imbituba. Em contrapartida, os municípios de Joinville, Florianópolis e Blumenau tiveram crescimento de 183%, 155% e 147%, respectivamente. Em 2012, o PIB do município de Itajaí totalizou R\$ 19,7 bilhões, superando Joinville, que detém um PIB de R\$ 18,2 bilhões, Florianópolis, com R\$ 12,6 bilhões e Blumenau, com R\$ 10,9 bilhões (ESPÍNDOLA, 2015).

O impacto territorial das reestruturações técnico-econômicas iniciadas nos anos de 1990 e continuadas em 2000 fizeram-se ainda na dinâmica populacional. Moura e Santos (2011) esclarecem que, entre 1991-2000, dos 24 municípios catarinenses que mais tiveram incrementos populacionais, quatorze estão localizados na fachada atlântica. Enquanto nos últimos trinta anos a população de Santa Catarina multiplicava-se 3,7 vezes, a dos municípios do litoral multiplicava-se 4,6 vezes (SANTOS; BASTOS, 2012 apud ESPÍNDOLA, 2016). Em 1970, se os municípios litorâneos participavam com 25,5% da população urbana de Santa Catarina, em 2000, o percentual saltou para 32,1% (ESPÍNDOLA, 2015).

---

<sup>11</sup> As economias de aglomeração podem ser classificadas em: (a) economias de localização, que são economias de escala externas às firmas, mas internas a um setor de atividade de um centro urbano; e (b) economias de urbanização, que são externas às firmas, mas internas ao centro urbano. Nos anos de 1990, vários autores passaram a dar novos sentidos à teoria da aglomeração e, assim, “não é mais o estudo da localização industrial que interessa. Mas sim, o estudo do crescimento das cidades e das indústrias que aí se localizam” (TINOCO, 2003, p. 50). Essa nova preocupação passa a ver as economias de aglomeração como dinâmicas. As teorias sobre externalidades dinâmicas tentam explicar simultaneamente como as cidades se formam e por que crescem.

Em contrapartida, as regiões do planalto foram as que mais perderam população. Essas perdas estão assentadas nas reestruturações técnico-econômicas a que foram submetidas às agroindústrias e no declínio do ciclo madeireiro do planalto catarinense (GOULART FILHO, 2007; MIOTO et al., 2010). Contudo, cabe ressaltar que esse processo não é generalizado, pois se o município de Caxambu do Sul, no oeste catarinense, teve perda populacional na casa dos 493%, outros tiveram crescimento populacional, como, por exemplo, Concórdia, Chapecó e Joaçaba.

Na verdade, as perdas ocorreram, sobretudo, em pequenos municípios que têm sua base produtiva assentada na agricultura. Na região serrana, processo semelhante ocorreu, enquanto Addon Batista teve perda populacional de 81% entre 1991-2013, e Urubici, Lages, Correia Pinto, Otacílio Costa e Curitibanos, entre outros, tiveram crescimento populacional. É indispensável destacar que esses pequenos municípios contam com uma mão de obra rural (excedente) que migra todos os anos para empregos temporários, em épocas de colheita, para outros municípios e estados (ESPÍNDOLA, 2015).

## 5. Conclusão

Com base no exposto, pode-se concluir que o processo de ocupação do território catarinense resultou na constituição de grandes regiões geoeconômicas, a saber: a área do Planalto, o litoral açoriano; a área carbonífera do Sul; a área de imigração alemã; e a área do Oeste catarinense. Nessas regiões, emergiram estruturas produtivas especializadas/diversificadas, que não mediram esforços com a finalidade de se integrar ao mercado nacional e mundial. Entretanto, nos anos de 1990, essas atividades produtivas passaram por um intenso processo de reestruturação técnico-econômica, que se manifestou no avanço de alguns setores (agroindustrial, material plástico, cerâmico, calçados, papel e celulose, etc.) e no recuo de outros (carbonífero e têxtil).

Ressaltou-se que no período, compreendido entre 1990-1999, enquanto alguns setores fizeram investimentos em novas unidades produtivas, via novos projetos e/ou aquisição e fusão, outros passaram por uma intensa reestruturação patrimonial, em que, em alguns casos, foram absorvidas pelo capital internacional (Ceval, Akros, entre outras).

Afirmou-se que essas reestruturações técnico-econômicas, iniciadas nos anos de 1990 e continuadas pós-2000 tiveram impactos econômicos, sociais e territoriais. Do ponto de vista econômico, Santa Catarina perdeu participação em alguns mercados e adentrou em outros. Do ponto de vista social, o desemprego e a redução do sistema de integração (suíno) foram os reflexos mais sentidos e, em termos territoriais, além do deslocamento de

atividades produtivas, salientaram-se as novas áreas produtoras de soja e a grande mobilidade populacional, resultando em concentração populacional nas áreas próximas ao litoral catarinense e a sua redução em alguns municípios.

## Referências

ALBA, Rosa. Salete. **Espaço Urbano: os agentes da produção em Chapecó**. Chapecó: Argos, 2002. 180 p.

BELTRÃO, Leila M. V. **A Indústria nos pequenos municípios do Sul de Santa Catarina**. 2016. 259 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

CABRAL, Eliza Bezerra. **Estudo geográfico do porto de São Francisco do Sul e do terminal de Itapoá-SC**. 2011. 290 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

CAMPOS, Margarida Cássia. **A Embrapa/Soja em Londrina – PR: a pesquisa agrícola de um país moderno**. 2010. 123 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CÁRIO, Sílvio Ferraz; ENDERLE, Rogério. Arranjo produtivo de cerâmica de revestimento da região sul. In: CÁRIO, Sílvio Ferraz et al. (Org.). **Economia de Santa Catarina: Inserção industrial e dinâmica competitiva**. Florianópolis: Nova Letra, 2008. p. 136-182.

CASTRO, Iná Elias. de. **Análise geográfica e o problema epistemológico da escala**. Anu. Inst. Geoc. (online). v. 15, p. 21-25, 1992.

CONTINI, E. et al. Evolução recente e tendências do agronegócio. **Revista de Política Agrícola: CONAB**, Brasília, p. 5-28, mar. 2006.

DORIGON, C.; RENK, A. Técnicas e métodos tradicionais de processamento de produtos coloniais: de miudezas de colonos pobres aos mercados de qualidade diferenciada. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 101-113, 2011.

EMERIQUE, Lucas Possedente. **Origem do desenvolvimento e panorama atual da cadeia produtiva da maçã em Santa Catarina**. 2008. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ESPÍNDOLA, Carlos J. **As agroindústrias de carne do sul do Brasil**. 2002. 268 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. Evolução e dinâmica da economia urbana da fachada atlântica catarinense: breves considerações. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 14., 2015, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: UFC, 2015. v. 1, p. 131-154.

FARIAS, Fernando Rodrigo. **A Dinâmica Geoeconômica do Cooperativismo Agropecuário do Sul do Brasil**. 2015. 359 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

FEPESSE. Fundação de Pesquisas Sócioeconômicas. **Dados estatísticos**. 2012. Florianópolis. Disponível em: <<http://novosite.fepese.org.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

FREEMAN, C. **Technology policy and economic performance: lessons from Japan**. London: Pinter Publishers, 1987.

GONÇALVES, José S. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. **Informações Econômicas**: IEA, São Paulo, v. 35, p. 7-36, abr. 2005.

GOULARTI FILHO, A. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2007.

\_\_\_\_\_. JENOVEVA NETO, Roseli. **A indústria do vestuário: economia, estética e tecnologia**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <2012[http://www.pintec.ibge.gov.br/index.php?option=com\\_content\\_extjs&view=article&id=17&Itemid=6](http://www.pintec.ibge.gov.br/index.php?option=com_content_extjs&view=article&id=17&Itemid=6)>. Acesso em: 14 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Produto interno bruto dos municípios**. 2013. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=46](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=46)>. Acesso em: 14 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Censos: 2000; 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

KAESEMODEL, Maria Salete Munhoz. **A indústria moveleira em São Bento do Sul-SC**. 1990. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

KUPFER, David. Trajetórias de reestruturação da Indústria Brasileira após a abertura e a estabilização: temas para debate. In: **Boletim de Conjuntura IE**, v. 18, n. 2, jul. 1996.

LOSSO, Flavia Baratieri. **A Vitivinicultura de Altitude em Santa Catarina: Desafios para o Desenvolvimento do Enoturismo**. 2016. 307 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

LINS, H. N.; COLETTI, T. Globalização, agroindústria e agricultura familiar: a recente saga do Oeste catarinense em torno da suinocultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 15, 2010, São Luiz. **Anais...** São Luiz, 2010.

MACHADO, Helen Cristina. **A territorialização turística no município de Urubici-SC**. 2016. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MAMIGONIAN, Armem. Atualidades geográficas: vida regional em Santa Catarina. **Revista Orientação**, São Paulo, v. 2, p. 35-38, 1964.

\_\_\_\_\_. As conquistas marítimas portuguesas e a incorporação do litoral de Santa Catarina. In: **O mundo que o português criou**. Recife: CNPq/Fjn, 1998.

\_\_\_\_\_. A indústria de Santa Catarina: dinamismo e estrangulamento. In: MAMIGONIAN, Armem (Org.). **Santa Catarina: Estudos de Geografia Econômica e Social**. Florianópolis: GCN/CFH/UFSC, 2011. p. 73-121.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultura familiar, agroindústria e território**: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste catarinense. 2003. 316 f. Tese (Doutorado) - Curso de Interdisciplinar, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. In: Colóquio Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007.

MIOTO, Beatriz; LINS, Hoyêdo N.; MATTEI, Lauro. A realidade demográfica de Santa Catarina na virada do século XXI. In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo N. (Org.). **A Socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Argos, 2010. p. 283-323.

MIRANDA, Cláudio Rocha de. **Avaliação de estratégias para a sustentabilidade da suinocultura em Santa Catarina**. 2005. 264 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia Ambiental, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

MOURA, Rosa; SANTOS, Gislane. Semelhanças e diferenças no processo de urbanização do sul do Brasil. In: PEREIRA, Elson Manuel; DIAS, Leila Cristina. (Org.). **As cidades e a urbanização no Brasil**. Passado, presente e futuro. Florianópolis: Insular, 2011. p. 180-198.

MULLER, R. B. **Estudo geográfico do processo de industrialização de Timbó-SC**. 2012. 225 f. Dissertação (Mestrado)- Curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

NAPOLEÃO, Fábio. **Origem desenvolvimento e crise da indústria joinvillense de materiais de construção em PVC**. 2005. 510 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

NEU, Márcia Fernandez Rosa. **Porto de Imbituba/SC: de armação baleeira a porto carbonífero: da gênese à crise**. 1999. 186 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

PELUSO Jr, Victor A. **Aspectos Geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC/EDUFSC, 1991.

PEREIRA, Raquel. M. F. do A. **A geografia e as bases da formação nacional brasileira**: uma interpretação fundamentada nas idéias de I. Rangel. 1997. 283 f. Tese

(Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

RAULINO, Ivo. Abertura Comercial, crise e reestruturação produtiva na grande empresa têxtil do Médio Vale do Itajaí: Mitos e verdades. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, v. 31, p. 1-110, jun. 2014.

REGENSBURGER, Josiane. **Indústria e espaço urbano**: implicações socioespaciais no município de Joaçaba-SC. Dissertação (Mestrado)- Curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

ROCHA, Isa de Oliveira. Exportações industriais de Santa Catarina (1950-2010) In: MAMIGONIAN, Armen (Org.). **Santa Catarina**: Estudos de Geografia Econômica e Social. Florianópolis: GCN/CFH/UFSC, 2011.

ROCHA, Isa de Oliveira. **Industrialização de Joinville-SC**: da gênese as exportações. 1997. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

ROSA, Helton Rogério da. **Gênese, Evolução e Reestruturação da Indústria Calçadista de São João Batista-SC**. 2014. 272 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SANTOS, Fabíola Martins dos. **Geografia das Redes Hoteleiras Mundo, Brasil e Santa Catarina**. 2012. 399 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: A formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 54, p. 81-100, jun. 1977.

SCHLIKMANN, Paulo Henrique. **Estudo Geográfico das indústrias de plástico de São Ludgero-SC**. 2012. 276 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SEBRAE-SC Santa Catarina em Números. Florianópolis: Sebrae-sc, 2010. Disponível em: <<https://www.dropbox.com/sh/sxoqe3wg8tphfb2/AABQtKRskpNZoMZRVwxkCKmCa?dl=0>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

SERENI, E. La categoria de Formación Económico-social. **Cuadernos de Pasado y Presente**, Córdoba, Argentina, Siglo XXI, n. 39, p. 55-95, 1976.

SIEBERT, Claudia. A. F. **A indústria e estado**: Reestruturação produtiva e o reordenamento territorial do Médio Vale do Itajaí. 2006, 231 f. Tese (Doutorado) – Curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SILVA, Marcos A. Gênese e Dinâmica Competitiva da Indústria de Equipamentos Elétricos do Sul do Brasil. 2005. 346 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SOUZA, Joel J. O complexo Agroindustrial de Laticínios no Brasil: o caso da Região Sul. 2014. 289 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

TESTA, V. M. et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense**: proposta para discussão. 1996, Florianópolis: EPAGRI. Florianópolis, 1996. 247 p.

TINOCO, A. **De aglomeração às externalidades dinâmicas de conhecimento**: por uma releitura de São Paulo. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 5, n. 1, Recife, UFPE 2003. Disponível em: <unuospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur>. Acesso em: 10 dez. 2014.

THEIS, I. M. A Dinâmica espacial recente da economia catarinense. In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes. (Org.). **A Socioeconomia catarinense**: cenários e perspectivas no início do século XXI. Chapecó/SC: Argos, 2010

THOMÉ, N. **Ciclo da Madeira**. Caçador: Universal, 1995.

VIEIRA, M. G. E. D; PEREIRA, R. F. A formações sócio-espaciais catarinenses. In: Congresso de História e Geografia de Santa Catarina, 1996, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: IHGSC, 1996, p. 564-572.

VIEIRA, Keith I. Gênese e evolução da indústria cerâmica catarinense. 2009. 243 f. Dissertação (Mestrado)- Curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

WAIBEL, Leo. Princípios da colonização européia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, 1949, ano 11, n. 2, p. 159-222.